

Julho de 1924: a “Revolta Esquecida” na cidade de São Paulo

Matheus Bino Teixeira

Universidade de Lisboa
Lisboa - Portugal
matheusbinoteixeira@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo explorar o evento da Revolta Paulista de 1924, discutindo a conjuntura histórica do início dos anos 1920, os eventos políticos e militares, as consequências do movimento e a relevância desta temática no âmbito da historiografia brasileira. Embora pouco conhecida pela opinião pública e brevemente abordada pelos historiadores, a chamada “Revolta Esquecida” se destaca entre os conflitos urbanos da história brasileira, dado o cenário caótico que o movimento proporcionou. O episódio registrou bombardeios, tiroteios, saques, êxodo urbano em massa e milhares de mortos e feridos, além da destruição de diversos prédios, residências e estabelecimentos comerciais na cidade de São Paulo. A Revolta de 1924 foi parte do movimento tenentista brasileiro da década de 1920, cujo objetivo era romper com a política oligárquica da República Velha. Deste modo, este artigo buscará resgatar a memória deste importante evento da história do Brasil, ofuscado por motivos diversos.

Palavras-Chave: Historiografia. Revolta. São Paulo. Tenentismo.

Introdução

Em meados da década de 1920, mais especificamente no dia 5 de julho de 1924, a cidade de São Paulo vivenciou uma das maiores revoltas urbanas da história do Brasil. O episódio registrou barricadas nas ruas, tanques de guerra em ação, tiroteios cruzados, atuação da força aérea e bombardeios no centro da cidade, constituindo, de fato, um cenário de guerra. O conflito durou apenas 23 dias até o reestabelecimento da legalidade, porém, bairros operários como Brás, Mooca, Ipiranga e Centro foram diretamente atingidos, assim como o bairro Campos Elíseos, onde era sitiado o Palácio Presidencial de São Paulo, que acabou sendo invadido e dominado pelos revoltosos, obrigando o Presidente paulista Carlos Campos a fugir da residência sob proteção de tropas federais.

O conflito foi motivado por grupos civis revolucionários e principalmente militares – em sua maioria de patente baixa e intermediária, como cabos, capitães, sargentos e tenentes – que ficaram conhecidos como tenentistas. Os revolucionários reivindicavam a renúncia do Presidente Arthur Bernardes, que

governou o país entre 1922 e 1926, bem como demandavam mudanças sociais, econômicas e políticas no país, como a descentralização da oligarquia política formada por São Paulo e Minas Gerais, a introdução de direitos trabalhistas e o fim da repressão estabelecida pelo governo de Arthur Bernardes, cujo mandato foi integralmente regido sob Estado de Sítio.

Este episódio conturbado da história paulista ficou conhecido como “A Revolta Esquecida” devido a sua parca abordagem no âmbito da historiografia brasileira. De uma forma geral, a historiografia brasileira prioriza em sua abordagem episódios que resultaram em mudanças significativas das estruturas políticas, econômicas e sociais do país, o que não aconteceu ao fim da Revolta de 1924. Nas primeiras semanas da revolta, o movimento tenentista obteve êxito em ocupar e defender o centro da cidade de São Paulo, entretanto, a ofensiva violenta das tropas legalistas e a falta de coordenação nacional do movimento revolucionário acarretou no enfraquecimento do levante em São Paulo, resultando no cerco e na retirada das forças tenentistas até o reestabelecimento da legalidade em 28 de julho de 1924.

A Revolta de 1924 representou o segundo levante tenentista da década de 1920. O primeiro levante tenentista havia ocorrido em 1922, no Estado do Rio de Janeiro, no episódio que ficou conhecido como *A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana*. O descontentamento das classes militares de média patente e de grupos civis organizados evidenciaram o desgaste político da República Velha. Ambas revoltas, 1922 e 1924, revelaram ser um prelúdio daquilo que viria ser a Revolução de 1930, muito embora a Revolta de 1924 tenha sido proporcionalmente mais agressiva e caótica do que as outras duas.

Este artigo tem por objetivo explorar: i) o contexto histórico do movimento tenentista nos anos 1920 ii) a Revolta de 1924 em São Paulo e a sua relevância social e política iii) a abordagem historiográfica da Revolta de 1924. A pesquisa buscará responder o que foi a Revolta paulista de 1924 e porque este tema é parcamente abordado pela historiografia. O embasamento teórico deste trabalho é composto por referências bibliográficas gerais e específicas sobre o tema.

O contexto da revolta

No princípio dos anos 1920, a insatisfação com a república oligárquica do café com leite – liderada por São Paulo e Minas Gerais – crescia a passos largos, sobretudo na classe militar de baixa e média patente, como soldados, cabos, tenentes e capitães. Outros setores da sociedade civil e da classe política também advogavam por uma nova organização política inspirada no republicanismo estadunidense e em preceitos liberais, tanto na esfera civil, quanto na esfera política. O Presidente à época, Epitácio Pessoa (1919-1922) buscou equilibrar as finanças públicas e retomar o dinamismo da economia cafeeira após a recessão econômica mundial gerada pela Primeira Guerra Mundial, em um ambiente de crescentes greves de trabalhadores urbanos e sindicalistas a favor de mudanças nas relações de capital e trabalho.

Em 1921, a frente republicana composta pelos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro apoiaram Nilo Peçanha para a presidência da república, no intuito de romper com a política oligárquica paulista/mineira. A pressão sobre o governo aumentou após Epitácio Pessoa indicar para sua sucessão o até então Presidente de Minas Gerais, Artur Bernardes. A indicação causou revolta nas classes militares intermediárias, que viam em Artur Bernardes um representante da velha oligarquia mineira. Em resposta, os militares orquestraram o episódio conhecido como “cartas falsas”, como estratégia para desgastar a imagem de Artur Bernardes para com as Forças Armadas, atribuindo a ele uma personalidade de “inimigo do exército”.

Nestas cartas falsas enviadas ao jornal Correio da Manhã, Artur Bernardes supostamente criticava o Presidente do Clube Militar, o Marechal Hermes Fonseca – ex-presidente da República e militar de carreira, sobrinho de Deodoro da Fonseca – digno de muito respeito e afinidade com a classe militar. As cartas falsas previam Artur Bernardes comentando sobre Hermes da Fonseca:

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo o que nessa orgia se passou. Espero que use de toda a energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. [...] A situação não admite contemporizações: os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com seus bordados e galões (FAUSTO, 1995, p. 306).

A divulgação das cartas falsas causou revolta em parte das classes militares contra Artur Bernardes, aumentando a tensão política das eleições de 1922. Há poucos meses das eleições, em março de 1922, dois homens assumiram a autoria das cartas falsas, não obstante a opinião pública, sobretudo na seara militar, já estivesse convencida de que as cartas fossem verdadeiras. Em maio do mesmo ano, Artur Bernardes foi eleito Presidente da República, vencendo Nilo Peçanha por uma diferença de mais de 100 mil votos. Após a vitória de Artur Bernardes, os militares insatisfeitos com o resultado das eleições alegaram que o processo eleitoral havia sido manipulado e fraudado. A posse de Artur Bernardes aconteceria apenas em novembro de 1922.

Neste meio tempo, o Presidente Epitácio Pessoa lidou com movimentos rebeldes e insurgentes por parte de militares de patente intermediária. Um mês após a eleição presidencial, o Clube Militar promoveu protestos contra o governo em diferentes Estados do país. Em resposta às revoltas, Epitácio Pessoa ordenou o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca, em 2 de julho de 1922 – alegando que o mesmo havia incentivado os protestos – causando ainda mais insatisfação na classe militar. Hermes da Fonseca foi solto no dia seguinte, porém, dois dias após sua soltura, em 5 de julho de 1922, estourou a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana no Rio Janeiro, onde aproximadamente dezoito militares de diferentes patentes, liderados pelo Capitão Euclides da Fonseca – filho de Hermes da Fonseca – organizaram uma insurreição contra as tropas legalistas do governo, mas foram contidos rapidamente.

A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana marcou a primeira das revoltas tenentistas, inspirando o que viria a ser a revolta de 1924 em São Paulo. Após a revolta do Rio de Janeiro, o governo de Epitácio Pessoa enviou ao parlamento uma proposta de urgência para decretação do Estado de Sítio. Em 15 de novembro de 1922, Artur Bernardes assume a Presidência da República com o Estado de Sítio já aprovado pelo parlamento e decretado pelo governo, atribuindo a ele poderes excepcionais para governar o país. Os quatro anos de governo de Artur Bernardes foram regidos sob Estado de Sítio. Durante seu primeiro ano de mandato, em 1923, estoura a Revolução Gaúcha no Rio Grande do Sul, comandada por Borges de Medeiros. Mas a revolução acabou sendo suprimida pelas tropas legalistas no final daquele mesmo ano.

No início de 1924, Nilo Peçanha, político do partido republicano apoiado pelo movimento tenentista morre, abrindo uma lacuna na liderança política das classes militares intermediárias. Quem preenche essa lacuna é o general gaúcho da reserva Isidoro Lopes Dias, que juntamente a outras lideranças militares passa a liderar o movimento de insurreição contra o governo legalista. Neste contexto de revoltas e descontentamento com o governo de Artur Bernardes, a revolta militar paulista desponta em 5 de julho de 1924 – mesmo dia da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana – e militares de baixa e média patente comandados pelo General Isidoro Dias Lopes insurgem contra o governo legalista no Estado de São Paulo, sobretudo na capital paulista.

A Revolta Paulista de 1924

Segundo a historiografia, a Revolta de 1924 tem início pela madrugada de 5 de julho. As primeiras tropas militares comandadas pelo general Isidoro Lopes Dias e pelo major Miguel Costa assumiram alguns dos postos de comunicações do governo, tomaram controle de postos policiais e militares, e por fim, invadiram e ocuparam progressivamente as repartições públicas do governo do Estado. Destacaram-se no movimento os tenentes Joaquim Távora, seu irmão Juarez Távora, Filinto Müller, João Cabanas e Eduardo Gomes, um dos líderes da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922.

5 de julho (madrugada de sábado, inverno paulistano): Início da luta na cidade, com a tomada dos principais quartéis, como os da região da Luz, pelos rebeldes. Prisão do comandante da Força Pública, coronel Quirino Ferreira. Tropas sublevadas do Quartel de Quitaúna, na região de Osasco, comandadas pelo tenente Custódio de Melo, atacam, com artilharia, o Palácio dos Campos Elíseos e tomam a Estação da Luz e a repartição do Telégrafo Nacional. O capitão Joaquim Távora e o tenente Eduardo Gomes tomam o 4º Batalhão de Caçadores, em Santana. O general Isidoro Dias Lopes instala, no prédio do 1º Batalhão da Força Pública (hoje Quartel da Rota, na Luz), o quartel-general das Forças Revolucionárias. O general Abílio de Noronha é preso pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo capitão Joaquim Távora quando tentava retomar quartéis capturados pelos rebeldes (ASSUNÇÃO, 2015, p. 45-46).

Com a tomada de setores estratégicos da cidade e o assentamento das tropas revolucionárias na capital do Estado, rapidamente a notícia se espalhou para o interior de São Paulo e para os outros Estados, sobretudo para a capital federal no Rio de Janeiro, onde estava sitiado o Presidente Artur Bernardes. Com a tomada

de uma cidade central como São Paulo, os rebeldes esperavam que a revolta alastrar-se-ia por todo o país, formando frentes insurgentes também em outros Estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Entretanto, a falta de comunicação e coordenação da revolta em âmbito nacional inviabilizou a possibilidade de insurgência nos outros Estados, deixando o movimento revolucionário paulista isolado na capital do Estado.

Deste modo, as tropas legalistas do governo Estadual e Federal se organizaram para conter possíveis insurgências em outros Estados, bem como estabeleceram rapidamente um cerco à cidade de São Paulo, a fim de suprimir as forças revolucionárias. Nos dias seguintes, tropas do exército, militares da Força Aérea e marinheiros do exército legalista chegaram à capital paulista para defender o Presidente de São Paulo Carlos de Campos e a sede do governo Estadual no bairro dos Campos Elíseos, que estava sob forte ataque da artilharia dos rebeldes. No dia 9 de julho, Carlos Campos decide fugir do Palácio dos Campos Elíseos. Escortado pelas tropas do governo, Campos segue rumo a um posto de controle militar no bairro da Penha, afastando-se da região central do conflito dominada pelos revolucionários. A notícia da fuga de Carlos Campos entusiasmou os militares revolucionários comandados por Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa.

Nos tradicionais jornais paulistanos como *Estado de São Paulo e Correio Paulistano*, as publicações diárias haviam sido suspensas desde o dia 6 de julho, um dia após o início da revolta. No dia 10 de julho, os rebeldes publicaram o primeiro manifesto revolucionário nos jornais da cidade, enquanto o General Isidoro Dias Lopes organizava o assentamento das tropas e a criação de juntas militares e batalhões com civis adeptos à revolta. No dia seguinte (11), as tropas legalistas lançaram uma ofensiva militar contra os insurgentes, no que ficou conhecido como o dia do “bombardeio terrificante”. Os bairros da Mooca, Brás, Ipiranga e Belenzinho foram bombardeados e o combate entre os rebeldes e as tropas do governo se intensificaram, levando a população da cidade a fugir para outros bairros ou cidades vizinhas em meio ao conflito.

A estratégia do Exército era simples. Estabelecer o terror entre a população civil para que implorasse aos rebeldes que se rendessem. Lá embaixo, centenas de feridos, muitos deles mutilados, eram encaminhados para a Santa Casa já completamente abarrotada de pacientes. Pelas ruas, os cadáveres não recolhidos já empestavam o ar, enquanto parentes perambulavam a esmo em busca de seus mortos. Aproximadamente mil pessoas morreram e outras tantas milhares ficaram feridas nesse 11 de julho (ROMANI, 2011, p. 163).

Autoridades da Igreja Católica de São Paulo e representantes de instituições civis enviaram telegramas ao Governo Federal, endereçados ao Presidente Artur Bernardes, solicitando urgentemente o fim dos bombardeios, haja vista os estragos materiais e o morticínio da população civil causado pelas bombas. A resposta do Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho foi a seguinte: “não podemos fazer a guerra tolhidos do dever de não nos servirmos da artilharia contra o inimigo, os danos materiais de uma cidade podem ser facilmente reparados, mas os prejuízos morais não são suscetíveis de reparação” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 50-51).

Nas semanas seguintes, a cidade de São Paulo vivenciou um conflito aberto desproporcional entre as tropas rebeldes e legalistas. Os rebeldes se apoiavam em canhões militares, metralhadoras, veículos blindados e barricadas, enquanto as tropas legalistas dispunham de tanques de guerra, aviões bombardeiros, armas de precisão e um imenso exército de fuzileiros navais e soldados do exército. Na medida em que o conflito aumentava, a população deixava a cidade, provocando um significativo êxodo urbano da população paulistana em meio a tiroteios, granadas, bombardeios aéreos e balas de canhão.

Vejamos a Revolução na capital de São Paulo, que foi condenada pela Convenção de Haia: o conflito mobilizou mais de 20 mil soldados dentro da capital e todas as tropas federais, incluindo a Marinha e a Força Aérea do Exército; foi o que chamo de “a maior batalha militar em solo urbano da América Latina”; os bombardeios trucidaram centenas de famílias; o governo utilizou tanques de guerra dentro da cidade; pela primeira vez foram formados batalhões estrangeiros que serviram à Revolução; houve o maior êxodo urbano até hoje registrado nas cidades do Brasil — mais de 300 mil pessoas deixaram de uma só vez a capital; pela primeira vez se utilizou a guerra de movimento em solo urbano; [...] pela primeira vez o governo utilizou canhões de 175 milímetros, capazes de desintegrar uma pessoa distante 1.200 metros do alvo. “Vista de cima, à noite, a cidade parecia um bolo de aniversário cheio de velas, tamanho eram os incêndios que os bombardeios causavam” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 514-515).

O combate entre os revolucionários e os militares do governo se estendeu pela cidade nas Zonas Leste, Sul, Oeste e Centro, registrando conflitos militares nos bairros da Barra Funda, Brás, Belenzinho, Campos Elíseos, Higienópolis, Ipiranga, Jardim América, Lapa, Mooca, Penha, Perdizes, Tatuapé, Vila Mariana e Vila Prudente. Apesar da resistência dos revolucionários em várias frentes da cidade, o movimento passou a ser sufocado pelas tropas legalistas. Por um lado, o contingente de soldados e a infraestrutura militar do exército governista era

significativamente superior; do outro, a falta de recursos básicos enfraqueceu a manutenção da resistência revolucionária no centro da cidade.

Na última semana da revolta, o general Isidoro Dias Lopes tentou negociar com o governo a rendição e a desocupação do centro da cidade em troca de anistia para os militares revolucionários, mas o pedido não foi aceito pelos generais governistas. Os ataques terrestres e aéreos continuaram a devastar a cidade de São Paulo, enquanto as tropas legalistas reconquistavam posições na Zona Sul e na Zona Leste. Com a iminente derrota da revolta e sem acordo com as autoridades legalistas, os comandantes da revolta Isidoro Dias Lopes e o major Miguel Costa organizaram uma estratégia de fuga. Os militares revolucionários posicionaram bonecos de palha nas trincheiras para atrasar as tropas legalistas durante o dia, e na noite do dia 27 de julho, cerca de 3500 soldados deixaram a cidade rumo ao oeste do Paraná, por meio de trens de carga na antiga São Paulo Railway, na estação da Luz. Era o fim da revolta de 1924 em São Paulo e do segundo levante tenentista no Brasil.

As consequências da Revolta de 1924

Com o fim da revolta no dia 28 de julho de 1924, São Paulo ficou devastada. A primeira consequência inevitável desta “guerra urbana” foram os danos humanos, com milhares de mortos e feridos, tanto militares, quanto civis. A segunda consequência foram os danos materiais e econômicos para a cidade, com casas e prédios destruídos, comércios saqueados, dispêndios bélicos exacerbados e crise de abastecimento e demanda, considerando o cerco à cidade e o êxodo da população urbana.

A terceira consequência foi o legado do aparato institucional de controle político e social criado pelo governo de Artur Bernardes, dada a condição de Estado de Sítio que vigorou durante todo o seu mandato, facilitando o controle do governo sobre a população. Entre estes mecanismos, podemos citar o Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), fundado em 1924 por Carlos Campos em São Paulo meses após a Revolta de 1924. O DOPS foi um órgão governamental criado justamente para reprimir movimentos sociais e populares, além de servir como centro de detenção e tortura de insurgentes contra o governo. Mesmo com o fim da República Oligárquica em 1930, o DOPS continuou sendo utilizado por

governos autoritários décadas depois, tanto no Estado Novo de Getúlio Vargas, quanto no Governo Militar nas décadas de 1960 e 1970, sendo extinto apenas em 1983.

A quarta consequência foi o impulsionamento do movimento tenentista e do sentimento revolucionário nos quartéis, mesmo após a derrota dos paulistas em 1924. A perseguição e a repressão – impostas pelo governo – não foram capazes de conter as forças revolucionárias estaduais, sobretudo paulistas e gaúchos, que optaram por juntar forças no sul do país, formando a Coluna Prestes, liderada pelo militar e político Luiz Carlos Prestes.

A quinta e última consequência foi a histórica, isto é, o trunfo tenentista ante a república oligárquica. O governo discricionário de Artur Bernardes terminou em 1926 após quatro anos de mandato sob Estado de Sítio. Para sua sucessão à Presidência da República, foi eleito Washington Luís, político paulista e ex-Presidente do Estado de São Paulo, que havia deixado o cargo dois meses antes da Revolta de 1924.

O perfil de Washington Luís, tradicional político da República Velha e representante da oligarquia cafeeira paulista não agradava setores do exército, sobretudo os tenentistas revolucionários que haviam tentado tomar o poder por meio das armas. Washington Luís não concedeu anistia aos militares que participaram dos movimentos revolucionários de 1922 a 1927 e pressionou a Coluna Prestes e o movimento comunista através do enrijecimento das leis e censura à imprensa.

Em 1929, a crise econômica mundial fez a bolsa de valores de Nova Iorque despencasse, desvalorizando dramaticamente o preço do café, principal *comodity* de exportação do Brasil na época. A crise financeira ascendeu novamente a chama da revolta tenentista, indignada com a recessão econômica e o aparelhamento da economia brasileira à oligarquia do café. Em outubro de 1930, pouco antes do término do seu mandato, Washington Luís foi deposto por tropas militares comandadas pelo general Augusto Tasso Fragoso e o governo provisório foi entregue para o líder das forças revolucionárias e representante do movimento tenentista Getúlio Vargas, encerrando o período da República Oligárquica e iniciando a Era Vargas.

As revoltas tenentistas dos anos 1920 demonstraram a insatisfação de uma parcela da sociedade para com a República Velha, evidenciando o desgaste da

política do café com leite nesta década. A ocorrência destas revoltas em diversos Estados do país, como Rio de Janeiro, Paraná, Amazonas, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul mostraram descontentamento, sobretudo das classes militares intermediárias no Brasil, de forma que estes movimentos – mesmo que pouco aprofundados pela historiografia – se tornassem uma espécie de prelúdio para a Revolução de 1930. Não obstante, a Revolta Paulista de 1924 tenha sido incomparavelmente a mais hostil de todas elas e tenha deixado diversas consequências políticas e sociais.

Historiografia da revolta de 1924

A Revolta de 1924 configura um evento relevante da história brasileira, considerando a proporção e as consequências deste conflito urbano. Os prejuízos bélicos, materiais e humanos causados pela Revolta refletem a dimensão desta mobilização civil-militar na capital paulista. Todavia, a historiografia da Revolta de 1924, curiosamente, é limitada, e as menções sobre o conflito nos livros de história geral do Brasil são abordados sucintamente.

O historiador Boris Fausto cita a Revolta de 1924 em suas obras *História do Brasil* (1995, p. 308-309) e *História Concisa do Brasil* (1999, p. 172-173), dedicando somente algumas linhas ao evento e atribuindo o conflito ao contexto histórico do movimento tenentista dos anos 1920, sem entrar em muitos detalhes. Da mesma forma, Eduardo Bueno (2012, p. 695-710), em seu livro *Brasil uma história*, aborda a Revolta de 1924 como um movimento do “brasil dos tenentes” sem entrar em pormenores. Leslie Bethell (2008, p. 819-820), historiador inglês especialista em América Latina comenta brevemente sobre a Revolta de 1924 em sua obra *História da América Latina*, referindo-se ao movimento como parte de uma “série de rebeliões tenentistas”.

José Murilo de Carvalho (2006, p. 49-50) traz uma análise sobre a história da atuação das forças armadas no contexto político brasileiro na obra *Forças Armadas e Política no Brasil*, porém, o autor aborda parcamente os eventos ocorridos na Revolta de 1924, ressaltando-a como um evento do “segundo tenentismo”. Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling (2015, p. 507) se referem à Revolta de 1924 como “o maior conflito bélico até então ocorrido na cidade de São Paulo”, apesar de não destacarem os eventos do movimento.

Por outro lado, bibliografias específicas sobre o tema relatam os motivos pelos quais a Revolta de 1924 é conhecida como “A Revolta Esquecida”. Moacir Assunção (2015) aborda com riqueza de detalhes a Revolta de 1924 em sua obra “São Paulo deve ser destruída”, destacando a proporção do conflito e suas implicações materiais, bélicas e humanas. Em 1924, São Paulo era uma das cidades mais importantes do Brasil, com pujante atividade industrial e cerca de 700 mil habitantes na capital divididos entre os bairros nobres e operários. A Revolta de 1924 provocou o êxodo urbano de quase 300 mil pessoas da capital (ASSUNÇÃO, 2015, p. 124), em um ambiente de bombardeios e tiroteios no centro da cidade que vitimou, segundo Romani (2011, p. 163), em torno de 1000 a 4000 pessoas, apesar do governo indicar como dado oficial o total de 503 mortes.

Qualquer evento é importante para a historiografia, já que todo evento é uma parte fragmentada de cada elo da corrente histórica. Se um fragmento falta, o elo fica incompleto. Acredito que seja difícil definir o peso dos eventos, por isso digo que todos têm sua importância. A Revolução de 1924 não agrada a todos. Acredito que o episódio aparece na história de forma distorcida e evasiva. Distorcida por se evidenciar uma parte do que foi a Revolução de 1924 e desdenhar o início e o final. Penso que tudo isso é por interesse político, de grupos e pessoal (ASSUNÇÃO, 2015, p. 513).

Ilka Stern Cohen (2006) ressalta que a Revolta de 1924 é pouco explorada pela historiografia brasileira por se tratar de um episódio que não rompeu ou alterou a estrutura política nacional da época. Segundo a historiadora, a historiografia brasileira possui uma espécie de linha narrativa que enfatiza os “grandes eventos”, isto é, episódios históricos que marcaram uma ruptura ou alteração sistemática do quadro político nacional, como por exemplo a Revolução de 1930 (TVT, 2020).

Neste sentido, a Revolta de 1924, apesar de ter sido proporcionalmente mais caótica e militarmente significativa do que a Revolução de 1930, não obteve êxito em realizar grandes mudanças políticas no cenário nacional e, portanto, acabou sendo lembrada somente como uma das revoltas dos tenentistas dos anos 1920. O historiador Carlo Romani destaca a influência da Revolta na 1924 na criação de mecanismos de controle político e social no pós-revolta, bem como traz à discussão a falta de menção dos civis e operários que participaram do movimento pela historiografia:

A revolução em São Paulo que levou o país ao estado de sítio decretado em julho de 1924 foi e continua sendo muito pouco investigada pela

historiografia brasileira, apesar de se tratar de um evento de caráter seminal para a história brasileira do século XX, principalmente se levarmos em conta que seus sucessos estão na base da formação de uma política policial preventiva e sistemática. [...] O episódio da Revolução de 1924, a sucessão de acontecimentos decorrentes dele e a posição das diferentes correntes políticas atuantes nos sindicatos em relação aos fatos ocorridos, também, quase não se tornaram objeto de estudo pela historiografia, pelo menos até meados dos anos 1970. Curiosamente, os principais trabalhos sobre o movimento operário publicados nas décadas de 1950, 60 e 70, ignoram completamente a participação dos trabalhadores na Revolução de 1924 (ROMANI, 2011, p. 162-168).

Diante destas constatações, podemos concluir que a historiografia brasileira até então, não destacou a importância da Revolta de 1924. As razões que justificam esta questão variam entre os historiadores e escritores. De todo modo, a relevância da Revolta de 1924 para a história brasileira é evidente e pode ser observada sob diferentes primas. Os danos materiais, devido a destruição de prédios, casas, empresas e repartições públicas; os danos humanos, levando em conta o expressivo número de mortos, feridos e fugidos da cidade; os prejuízos bélicos, como os dispêndios com armas, bombas e munição; o crescimento do sentimento insurgente e de movimentos operários e revolucionários no país, devido ao controle político e social exercido durante a República Velha ou até mesmo os danos históricos a posteriori, causados pela criação de mecanismos opressores de controle social e político no século XX, que tiveram como ponto de partida a Revolta de 1924.

Considerações Finais

Pode-se concluir que a Revolta de 1924 na cidade de São Paulo foi um movimento relevante da história política e militar do Brasil. A guerra urbana entre o exército legalista e os militares revolucionários causou a destruição de prédios, empresas, casas e repartições públicas na cidade de São Paulo, bem como atingiu milhares de cidadãos paulistanos entre mortos e feridos. O conflito provocou também a fuga de aproximadamente 250 mil pessoas da cidade rumo ao interior do Estado, evidenciando a vasta mobilização civil-militar durante a Revolta.

O episódio marcou o período de revoltas tenentistas dos anos 1920, muito embora a revolta paulista tenha sido consideravelmente mais hostil e caótica do que as revoltas no Rio de Janeiro (1922) e Rio Grande do Sul (1923). As revoltas tenentistas demonstraram a insatisfação, sobretudo da classe militar, com o regime

da república oligárquica e com as medidas de controle político e social adotadas por Artur Bernardes durante seu governo. A vitória do movimento tenentista contra o poder instituído deu-se apenas em 1930, com o golpe militar que empossou Getúlio Vargas.

De certa forma, a Revolução de 1930 acabou por ofuscar as revoltas tenentistas dos anos 1920, pois esta primeira atingiu seu objetivo de romper com a estrutura de poder vigente, enquanto estas últimas acabaram derrotadas. A historiografia brasileira, de forma geral, constituiu ao longo das décadas uma linha narrativa que delegou demasiada importância à Revolução de 1930, ofuscando a importância das demais revoltas tenentistas. O resgate da memória da Revolta de 1924 neste artigo buscou explorar as causas, a proporção e as consequências do conflito, assim como a sua relevância histórica.

JULY 1924: THE "FORGOTTEN REVOLT" IN THE CITY OF SÃO PAULO

Abstract: Although generally not known by public and only briefly addressed by historians, the so-called "Forgotten Revolt" stands out among urban conflicts in Brazilian history, given the chaotic scenario that the movement caused. This article explores the 1924 Paulista Revolt, discussing the historical context of the early 1920s, political and military events, consequences of the movement, and the relevance of this theme in the scope of Brazilian historiography. Although generally not known by public and only briefly addressed by historians, the so-called "Forgotten Revolt" stands out among urban conflicts in Brazilian history, given the chaos the movement caused. The episode registered bombings, shootings, looting, mass urban exodus and thousands of deaths and injuries, in addition to the destruction of several buildings, homes and commercial establishments in the city of São Paulo. The 1924 Revolt was part of the Brazilian tenentista movement of the 1920s, which sought to turn away from the oligarchic policy of the Old Republic. Thus, this article will seek to rescue the memory of this important event in the history of Brazil, which has been overshadowed for several reasons.

Keywords: Historiography. Revolt. São Paulo. Tenentismo.

JULIO DE 1924: LA "REVUELTA OLVIDADA" EN LA CIUDAD DE SÃO PAULO

Resumen: Este artículo tiene el objetivo de explorar el evento de la Revuelta Paulista de 1924, discutiendo el contexto histórico de principios de la década de 1920, los acontecimientos políticos y militares, las consecuencias del movimiento y la relevancia de este tema en el contexto de la historiografía brasileña. Aunque poco conocida por la opinión pública y solo brevemente tratada por los historiadores, la llamada "Revuelta Olvidada" destaca entre los conflictos urbanos de la historia de Brasil, dado el caótico escenario que proporcionó el movimiento. El episodio registró bombardeos, tiroteos, saqueos, éxodos urbanos masivos y miles de muertos y heridos, además de la destrucción de varios edificios, viviendas y establecimientos comerciales en la ciudad de São Paulo. La Revuelta de 1924 formó parte del movimiento tenentista brasileño de la década de 1920, cuyo objetivo era cambiar la política oligárquica de la Antigua República. Así, este artículo buscará rescatar la memoria de este importante evento en la historia de Brasil, que ha sido eclipsado por varias razones.

Palabras-Clave: Historiografía. Revuelta. São Paulo. Tenentismo.

Referências

ASSUNÇÃO, Moacir. **São Paulo deve ser destruída**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BETHELL, Leslie. **The Cambridge History of Latin America: 1870-1930**. v. 5. Great Britain: Cambridge University Press, 2008.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

COHEN, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo: A Revolução de 1924**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995.

_____. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1999.

PINHO, Celso Luiz. **São Paulo 1924**. São Paulo: Gregory, 2019.

ROMANI, Carlo. **Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social**. v. 12. n. 23. Rio de Janeiro: TOPOI, 2011.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.

TVT, Rede. **Revolta de 1924**: “a revolta esquecida”. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ROm0cQuECPM>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SOBRE O AUTOR

Matheus Bino Teixeira é mestrando em Estudos Brasileiros pela Universidade de Lisboa (UL).

Recebido em 29/09/2021

Aceito em 02/03/2022